

PESQUISA E FORMAÇÃO DOCENTE EM GEOGRAFIA: UM ESTUDO SOBRE O MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA (MST) A PARTIR DAS DINÂMICAS TERRITORIAIS DO DISTRITO SÃO MIGUEL, ESPERANÇA, PARAÍBA

RESEARCH AND TEACHER TRAINING IN GEOGRAPHY: A STUDY ON THE MOVEMENT OF LANDLESS RURAL WORKERS (MST) BASED ON THE TERRITORIAL DYNAMICS OF SÃO MIGUEL DISTRICT, ESPERANÇA, PARAÍBA

INVESTIGACIÓN Y FORMACIÓN DOCENTE EN GEOGRAFÍA: UN ESTUDIO SOBRE EL MOVIMIENTO DE LOS TRABAJADORES RURALES SIN TIERRA (MST) A PARTIR DE LA DINÁMICA TERRITORIAL DEL DISTRITO DE SÃO MIGUEL, ESPERANÇA, PARAÍBA

Carlos Eduardo de Araújo Silva

carlos.e.araujo@estudante.ufcg.edu.br

Universidade Federal de Campina Grande

Renaldo Silva Santino

renaldo.santino@ccc.ufcg.edu.br

Universidade Federal de Campina Grande

Ivanalda Dantas Nóbrega Di Lorenzo

ivanalda.dantas@professor.ufcg.edu.br

Universidade Federal de Campina Grande

Conflitos de interesses, filiação institucional e responsabilidades

Os autores declaram não haver interesses conflitantes.

Afiliações Institucionais são informadas pelo(s) autor(es) e de inteira responsabilidade do(s) informante(s).

O(s) autor(es) é(são) responsável(is) por todo o conteúdo do artigo, incluindo todo tipo de ilustrações e dados.

Recebido em: Dez./2023

Aceito em: jul./2024



Resumo

O presente texto visa descrever as atividades realizadas durante a investigação intitulada “Pesquisa e formação docente em Geografia: um estudo sobre o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) a partir das dinâmicas territoriais do distrito São Miguel, Esperança, Paraíba”, materializada entre o primeiro semestre de 2022 e o último semestre de 2023, decorrente da disciplina de Geografia Agrária, do curso de Licenciatura em Geografia, da Universidade Federal de Campina Grande - UFCG, campus Campina Grande, Paraíba. O principal objetivo da pesquisa foi proporcionar discussões teóricas e históricas acerca da estrutura fundiária do Brasil e, como ela contribui para com a criação e manutenção de desigualdades e conflitos no campo brasileiro. Para tanto, contamos como recurso, a História em Quadrinhos – HQ, a partir da qual discutimos sobre o porquê de as Histórias em Quadrinhos constituírem um recurso tão significativo e eficaz para problematizar questões de ordem política, social, cultural e/ou simbólica. Finalmente, almejamos também discutir acerca do que é o MST, seus objetivos e desafios na atualidade. Em termos metodológicos, realizamos uma pesquisa de natureza bibliográfica, na qual, ancorados em autores como Guimarães (1997), Fausto (1995), Bueno (2004) e Barbosa (2004) pudemos entender como se deu o processo de concentração fundiária brasileira. Também buscamos por meio do documentário “A Luta É Pra Valer - Documentário sobre o MST”, compreender o que é o MST e quais as suas lutas. A partir disso e, das observações em campo, realizadas no distrito de São Miguel, no município de Esperança-PB decidimos criar algumas tirinhas que pudessem servir como recurso didático para os professores de Geografia utilizarem em sala de aula com os seus alunos, visando desenvolver uma análise crítica de algumas das dinâmicas socioespaciais que se expressam no campo brasileiro.

Palavras-chave

Pesquisa. Formação docente. Concentração fundiária. História em Quadrinhos. Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra (MST).

Abstract

This text aims to describe the activities carried out during the investigation entitled “Research and teacher training in Geography: a study on the Landless Rural Workers Movement (MST) based on the territorial dynamics of São Miguel district, Esperança, Paraíba”, materialized between the first semester of 2022 and the last semester of 2023, resulting from the Agricultural Geography course, from the Geography Degree program, at the Federal University of Campina Grande - UFCG, Campina Grande campus, Paraíba. The main objective of the research was to provide theoretical and historical discussions about the land structure in Brazil and how it contributes to the creation and maintenance of inequalities and conflicts in the Brazilian countryside. To this end, we rely on Comic Books as a resource, from which we discuss why Comics constitute such a significant and effective resource for problematizing political, social, cultural and/or symbolic issues. Finally, we also aim to discuss what the MST is, its objectives and current challenges. In methodological terms, we carried out bibliographical research, in which, based on authors such as Guimarães (1997), Fausto (1995), Bueno (2004) and Barbosa (2004), we were able to understand how the process of Brazilian land concentration occurred. We also sought, through the documentary “A Luta É Pra Valer – Documentário sobre o MST”, to understand what the MST is and what its struggles are. Based on this and field observations carried out in the district of São Miguel, in the municipality of Esperança-PB, we decided to create some comic strips that could serve as a teaching resource for Geography teachers to use at their classroom with their students, aiming to develop a critical analysis of some of the socio-spatial dynamics that are expressed in the Brazilian countryside.

Keywords

Research. Teacher training. Land concentration. Comic. Landless Workers Movement (MST).

Resumen

Este texto tiene como objetivo describir las actividades realizadas durante la investigación titulada “Investigación y formación docente en Geografía: un estudio sobre el Movimiento de los Trabajadores Rurales Sin Tierra (MST) a partir de la dinámica territorial del distrito de São Miguel, Esperança, Paraíba”, materializada entre el primer semestre de 2022 y el último semestre de 2023, resultantes de la disciplina Geografía Agrícola, de la Licenciatura en Geografía, de la Universidad Federal de Campina Grande - UFCG, campus Campina Grande, Paraíba. El principal propósito de la investigación fue proporcionar discusiones teóricas e históricas sobre la estructura de la tierra en Brasil y cómo contribuye a la creación y mantenimiento de desigualdades y conflictos en el campo brasileño. Para ello, nos apoyamos en el cómic como recurso, a partir del cual discutimos por qué el cómic se constituye un recurso tan significativo y eficaz



para problematizar cuestiones políticas, sociales, culturales y/o simbólicas. Finalmente, también pretendemos discutir qué es el MST, sus objetivos y desafíos actuales. En términos metodológicos, realizamos una investigación bibliográfica, en la que, a partir de autores como Guimarães (1997), Fausto (1995), Bueno (2004) y Barbosa (2004), pudimos comprender cómo se desarrolló el proceso de concentración de la tierra en Brasil. También buscamos, a través del documental “A Luta É Pra Valer – Documentário sobre o MST”, comprender qué es el MST y cuáles son sus luchas. Basados en esto y en observaciones de campo realizadas en el distrito de São Miguel, municipio de Esperança-PB, decidimos crear algunas historietas que pudieran servir como recurso didáctico para que los profesores de Geografía las utilicen en el aula con sus alumnos, con el objetivo de desarrollar un análisis crítico de algunas de las dinámicas socioespaciales que se expresan en el campo brasileño.

Palabras clave:

Investigación. Formación de docentes. Concentración de tierras. Cómic. Movimiento de Trabajadores Sin Tierra (MST).

Introdução - O tecer inicial de reflexões rumo ao objeto de estudo

A Geografia é a ciência que estuda o espaço e todos os objetos e fenômenos que nele se materializam. É papel da Geografia Escolar construir com os estudantes a habilidade de desvelá-lo, compreendê-lo e analisá-lo de forma crítica, percebendo-se como agentes ativos no processo de produção, reprodução e transformação deste espaço. Para isso, fazemos uso de conceitos, para poder interpretar e intervir sob a realidade, como os de paisagem, lugar, território e região.

O ensino da Geografia não deve pautar-se no mnemônico e no tradicional, o aluno não deve ser visto como mero receptáculo de informações e o professor como centro do saber, pois os conhecimentos e conceitos espontâneos que o estudante obtém ao longo da vida, a partir do espaço vivido devem sim ser parte do fazer pedagógico do professor em sala de aula. Isto porque, consoante à teoria Vygotskyana, que versa sobre o processo de formação de conceitos na criança, é a instrução do professor e/ou de outros sujeitos mais preparados que poderá conduzir esse indivíduo até um determinado grau de maturação, que possibilitará a internalização, formação de conceitos e o posterior desenvolvimento.

Desse modo, pensamos que ao explorar o lugar de vivência desses sujeitos que chegam à escola e compõem a sala de aula, conseguiremos promover uma real aprendizagem e apropriação do conhecimento. É a partir disso que poderemos dar, não um “significado”, aqui entendido como definição imutável de algo, mas sim “sentidos” ao ensino, a aprendizagem e a educação para que ela seja libertadora e não opressora (Freire, 1971). Afirmamos isto, porque concordamos com Callai (2005, p.236 apud Nascimento, 2017, p. 40), quando relata:

Nenhum lugar é neutro, pelo contrário, os lugares são repletos de história e situam-se concretamente em um tempo e em um espaço fisicamente delimitado. As pessoas que vivem em um lugar estão historicamente situadas e contextualizadas no mundo. Assim, o lugar não pode ser considerado/entendido isoladamente. O espaço em que vivemos é o resultado da história de nossas vidas. Ao mesmo tempo em que ele é o palco onde se sucedem os fenômenos, ele é também ator/autor, uma vez que oferece condições, põe limites, cria possibilidades.

Esse movimento de trazer o “lugar” para o foco da discussão e assim consolidar a aprendizagem da Geografia é um exercício que os próprios centros de formação de professores devem incentivar na formação dos licenciandos, através da pesquisa, do ensino e da extensão, uma vez que hoje, boa parte dos docentes, em processo formativo vivenciaram na escola uma geografia tradicional, meramente descritiva, pautada na memorização e em definições acríticas



e descontextualizadas, desvinculada do seu contexto de vida. Essas práticas tendem a ser reproduzidas e perpetuadas em sala de aula nos primeiros anos da profissão.

Soma-se a isso o fato de que, historicamente, os docentes foram condicionados, por meio das orientações dos documentos curriculares e os projetos do Estado, a ensinar sem refletir sobre o que está sendo ensinado e, menos ainda, a se opor ao currículo preestabelecido e a forma como os conteúdos estão ou não expressos nos livros didáticos. A esse conjunto de elementos dá-se o nome de currículo, que nas palavras de Felizola (2009, p. 16-17 apud Barros; Oliveira, 2020, p.4-5, 2017) engloba “(...) uma série de elementos ligados, desde o controle do processo pedagógico até a ordenação, sequenciação e dosagem dos conteúdos, passando pela necessidade de legitimação e pelos propósitos de dominação com raízes na classe, na raça, no gênero”.

Esse currículo expressa ideologias que reverberam no campo da formação docente e o fato de não nos percebermos enquanto uma profissão que se materializa vinculada a um contexto político, social, econômico e cultural, nos faz fechar os olhos para essas problemáticas e converter-nos em “dadores de aula”.

Vem daí a necessidade de as instituições formadoras dos futuros docentes buscarem instrumentalizar seus alunos a trabalhar com diversos tipos de abordagens metodológicas, que os possibilite fugirem dessa abordagem de ensino tradicional, dessa mecanização. Dentre essas abordagens metodológicas citamos a utilização de recursos como as Histórias em Quadrinhos, haja vista que nelas se elaboram e reelaboram representações sociais e culturais da sociedade onde são criadas, podendo, nessa perspectiva, serem analisadas em sala de aula pelos alunos e professores, contribuindo para com a formação de cidadãos éticos, críticos, reflexivos e participativos.

Ancorados nestas premissas, ao observar o cotidiano urbano e agrário de São Miguel, Distrito municipal de Esperança-PB e localizado a aproximadamente 4,8 quilômetros do município, visualizamos que lá estava havendo uma ocupação de terras por parte do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra- MST. Isto começou no ano de 2021 e teve significativa repercussão no interior do Distrito, pois a maioria dos moradores locais demonstrou não conhecer o movimento social e seus princípios ou tinham uma visão equivocada sobre ele, visão está marcada por criminalização e repressão.

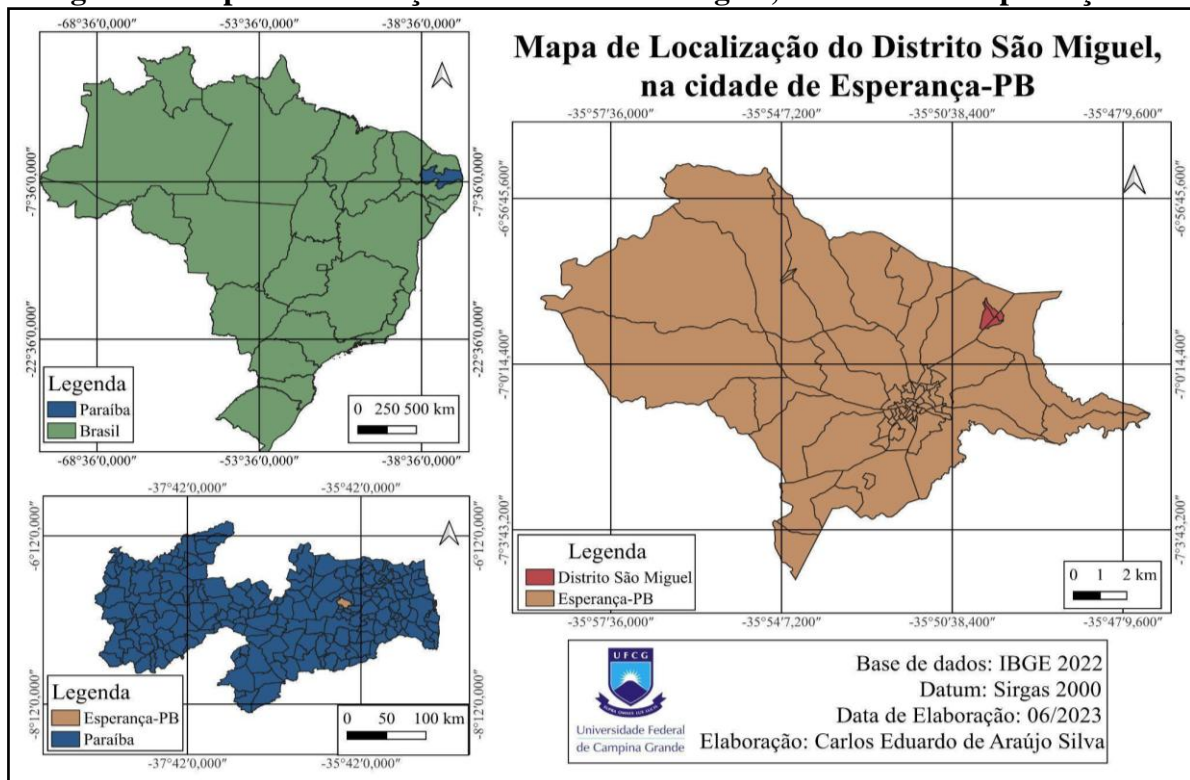
Sendo assim, foi almejando compreender essa dinâmica territorial materializada no nosso lugar de vivência que surgiu o interesse por desenvolver o presente estudo intitulado de “A pesquisa na formação do professor de geografia: um estudo sobre o MST a partir das dinâmicas territoriais do distrito São Miguel em Esperança-PB”, materializada entre o primeiro semestre de 2022 e o último semestre de 2023, e que possui o objetivo geral de discorrer sobre

a geo-história da estrutura fundiária do nosso país e sua contribuição para a existência de desigualdades e conflitos no espaço rural brasileiro. Além de apontar porque as Histórias em Quadrinhos constituem um importante elemento para abordar essa temática em sala de aula; definir o que é o Movimento dos Trabalhadores rurais Sem Terra - MST, seus objetivos e desafios na atualidade e, por fim, buscar desfazer o estereótipo negativo do MST presente no imaginário social.

Direcionando o olhar aos processos e métodos

Caracterizando a área de Estudo (figura 1), o Distrito São Miguel faz parte do município de Esperança-PB, que possui uma área de 157,851km², de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (2022) e está localizada na microrregião do Agreste Paraibano.

Figura 1: Mapa de localização do Distrito São Miguel, na cidade de Esperança-PB



Fonte: Autoria Própria (2023).

O nosso interesse por investigar a questão fundiária no Brasil e, assim poder explicar a presença do MST no Distrito São Miguel, originou-se, justamente, da necessidade que sentimos, enquanto geógrafos em formação, de aprender a interpretar as dinâmicas socioespaciais e territoriais que se materializam no nosso cotidiano a partir da paisagem.

Sendo assim, fomos conhecendo, ao longo do processo investigatório, o nosso objeto de estudo. E, dessa forma, a presente pesquisa se valeu de uma metodologia de abordagem exploratória, pois houve uma tentativa de proporcionar ao pesquisador maior familiaridade com



o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a construir hipóteses, podendo, para isso, incluir o levantamento bibliográfico e a realização de entrevistas. (Gil ,2002, p.41).

Nesta linha de raciocínio, uma das primeiras etapas de desenvolvimento desse projeto de pesquisa, concretizada em maio de 2022, foi à revisão bibliográfica. Realizamos a leitura de alguns artigos científicos, como: “Concentração de Terras no Brasil - Um Olhar Acadêmico Sobre o Processo” de Almeida e Serra (2012) e de alguns capítulos do livro “Quatro Séculos de Latifúndio” de Alberto Guimarães Passos (1997). A partir disso, pudemos compreender em maior profundidade o modo como se deu a distribuição de terras no Brasil e de que maneira isto acarretou no surgimento de muitas das desigualdades presentes na nossa sociedade nos dias atuais. Esta etapa foi de extrema importância por fornecer insumos para a construção do referencial teórico deste texto.

Analisamos também o vídeo “A luta é pra valer”, um documentário produzido por Dan Ferreira, da coordenação da Frente Brasil Popular Regional Planalto Serrano, e do núcleo de comunicação Caraguatá, juntamente com o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, com a coordenação de Vilson Santin. O documentário aborda, a partir da perspectiva dos sujeitos que vivenciam a situação em estudo (no caso, os próprios membros do MST) temas referentes à organização do movimento que vai desde a ocupação, construção do acampamento, reforma agrária, assentamento e, em muitos casos, o despejo.

A partir das problematizações geradas com o documentário supracitado começamos a pensar formas de gerar um produto que pudesse auxiliar professores e professoras a levar e problematizar, juntamente com os seus alunos a questão da concentração fundiária brasileira e sua relação com o MST e optamos pelo uso de Histórias em Quadrinho. Gênero textual definido por Eisner (1995, p.38) como “um veículo de expressão criativa, uma disciplina, uma forma artística e literária que lida com disposição de figuras ou imagens e palavras para narrar uma história ou dramatizar uma ideia (...) arte sequencial”.

Escolhemos trabalhar com as HQs porque percebemos que elas constituem um gênero textual de fácil acesso e compreensão, um material comumente aceito pelos estudantes e que atinge um público de todas as idades, constituindo, assim, um instrumento significativo para problematizar-se questões sociais, culturais, políticas e simbólicas, pois nas palavras de Barbosa e Vergueiro (2022, p. 22):

O uso de palavras e imagens, juntos, ensinam de forma mais eficiente – a interligação do texto com a imagem, existente nas histórias em quadrinhos, amplia a compreensão de conceitos de uma forma que qualquer um dos códigos, isoladamente, teria dificuldades para atingir.



Todavia, é válido apontar que no passado as HQs já foram alvo de severos ataques por parte da sociedade e da própria comunidade escolar, sobretudo alguns professores e até pais de alunos que alegavam que elas afastam as crianças da leitura, não tratava de questões reais e críticas, restringindo-se ao mundo da imaginação (VERGUEIRO, 2022). Diziam ainda que elas eram produzidas exclusivamente com fins mercadológicos, visando instrumentalizar, viciar e alienar o seu mercado consumidor. Hoje em dia vemos um movimento contrário, os quadrinhos têm sido amplamente utilizados como recurso didático pedagógico multidisciplinar. No próximo tópico, iremos trazer uma retrospectiva histórica visando compreender as forças motrizes que sustentam uma estrutura fundiária tão desigual no campo brasileiro.

Mapeando nos baús da história a questão do acesso à terra no Brasil: um direito ou privilégio?

Inicialmente, visando proporcionar ao leitor uma melhor compreensão acerca do que está sendo exposto e discutido no presente artigo, consideramos indispensável citar que, por quase cinco séculos, o Brasil foi e continua sendo um país essencialmente agroexportador, ou seja, que planta e vende os produtos naturais para o exterior. A partir dessa premissa, depreendemos que, para desvendar as desigualdades existentes na nossa sociedade, devemos conhecer a maneira como as terras foram e estão sendo distribuídas no território Brasileiro, em outras palavras, a estrutura fundiária e a organização socioespacial do Brasil.

Nesta construção de sentido, começemos pelo período anterior à chegada dos Portugueses em terras tupiniquins. Segundo Guimarães, em seu livro “Quatro Séculos de Latifúndio” (1997), antes da colonização, a vida dos povos nativos era de “paz e sossego”, a terra era um bem comum e atendia as necessidades de todos. Em 1500, os Colonizadores chegaram e estabeleceram um primeiro contato com os povos indígenas. Basearam-se em concepções imperialistas e etnocêntricas, e impuseram sua cultura, modos de vida, religião, crenças e valores sobre os nativos, desrespeitando as alteridades, territorialidades e identidades locais. Everaldo rocha nos ajuda a explicar melhor a noção de etnocentrismo, ao defini-lo em sua obra como uma visão de mundo:

[...] onde o nosso próprio grupo é tomado como centro de tudo e todos os outros são pensados e sentidos através dos nossos valores, nossos modelos, nossas definições do que é a existência. No plano intelectual, pode ser visto como a dificuldade de pensarmos a diferença; no plano afetivo, como sentimentos de estranheza, medo, hostilidade, etc. Perguntar sobre o que é etnocentrismo é, pois, indagar sobre um fenômeno onde se misturam tanto elementos intelectuais e racionais quanto elementos emocionais e afetivos. No etnocentrismo, (...) sentimento e pensamento vão juntos compondo um fenômeno não apenas fortemente arraigado na história das sociedades como



também facilmente encontrável no dia-a-dia das nossas vidas. (Rocha, 1996, p. 5)

Em tal cenário, os portugueses identificaram várias potencialidades econômicas no território, como a extração do Pau-brasil e, posteriormente, a exploração dos solos para o plantio da Cana de açúcar. De início, seu objetivo era tornar os indígenas:

a principal força de trabalho na exploração extrativa. Recebia ele em quinilharias, cartas de baralho e quejandos, o pagamento de seus serviços, que consistiam no corte, na preparação e no transporte do pau-brasil e no abastecimento de tudo quanto pudesse interessar às frotas de guarda-costas e mercadores (Guimarães, 1997, p.10).

Ressaltamos que o contexto no qual o Brasil foi não “descoberto”, mas sim invadido pelos Europeus esteve muito associado à busca por uma nova rota comercial até às Índias. Inclusive, após a chegada dos europeus às nossas terras, muitos navegadores acreditavam que seria possível chegar ao oriente passando pela América, porém essa ideia caiu por terra quando o navegante Fernando de Magalhães realizou o trajeto e constatou que essa rota era mais longa e inviável economicamente. O que somado às ameaças de invasões estrangeiras à Colônia, obrigou os portugueses a focar, exclusivamente, em extrair riquezas das novas terras, situação que perdura e se exacerba na atualidade no País.

Dessa maneira, “A transformação da terra conquistada em colônia de exploração exige novas instituições jurídicas, novas formas de propriedade que somente poderiam viçar sob as ruínas das instituições primitivas” (Guimarães, 1997, p.11-12). Foi a partir daí, que surgiu o sistema das Capitânicas Hereditárias, a primeira tentativa de Portugal de ocupar e administrar as terras. Nesse sistema, que deu início ao latifúndio brasileiro, o território foi dividido em quinze porções (capitânicas) e arrendadas aos capitães donatários, pessoas próximas e de confiança da Coroa Portuguesa. Essas pessoas tinham a posse da terra e poderiam “doar” porções a terceiros, cobrando impostos e uma série de exigências, o que constituiu o sistema das Sesmarias. Portanto, o acesso a terra era restrito e dependia somente da proximidade com membros da Coroa Portuguesa.

A contar deste momento, o escambo, até então praticado entre indígenas e portugueses, passa a ser mais escasso e os primeiros tentam, por meio e através da violência, subjugar e forçar os indígenas ao trabalho escravo. Porém, nos engenhos:

fundados pela nobreza lusitana, o indígena teimava em rejeitar o trabalho escravo, davam constantes demonstrações de rebeldia e, quando não conseguia fugir terminava abatido pelos castigos ou pelas doenças, morrendo às dezenas ou às centenas (Guimarães, 1997, p.15).



Por esta razão, os Portugueses passam a recorrer também para o uso da mão de obra de origem africana. O renomado historiador Boris Fausto estima que entre 1550 e 1855 tenham entrado no Brasil cerca de quatro (4) milhões de pessoas negras para serem escravizadas, sendo, na maioria, jovens do gênero masculino (Fausto, 1995). Esses seres humanos foram traficados para as terras brasileiras por meio dos navios negreiros, cuja caracterização pode ser entendida como:

[...] o pior lugar do mundo, o ventre da besta e o bojo da fera, embora para aqueles que eram responsáveis por ele, e não estavam lá, fosse o mais lucrativo dos depósitos e o mais vendável dos estoques. (...) O bojo dos navios da danação e da morte era o ventre da besta mercantilista: uma máquina de moer carne humana, funcionando incessantemente para alimentar as plantações e os engenhos, as minas e as mesas, a casa, e a cama dos senhores – e, mais do que tudo os cofres dos traficantes de homens. (Bueno, 2004, p. 112).

Tal descrição é justificada pelo fato de que nessas embarcações existiam péssimas condições de higiene e alimentação, somadas a violência física e psicológica que as pessoas escravizadas sofriam, comumente resultando em mortes e/ou suicídios, perante as complexas relações de vida.

Todavia, sempre houve resistência, tanto negra quanto indígena. Dentre as principais formas tivemos: fugas, formação de grupos de quilombos, rebeliões, ataques aos senhores de engenho, negociações pela euforia, aborto, capoeira, dentre outras. Além do mais, é importante ressaltar que a maioria dos países estrangeiros como a Inglaterra, não comercializa mais com o Brasil pelo fato de que ele ainda era um país escravagista. Todas essas variáveis unidas fizeram com que a Lei Áurea fosse assinada, no dia 13 de maio de 1888, concedendo, no papel, a liberdade aos escravizados.

Ressalto que o uso do termo “no papel” está no sentido de que a Lei Áurea apesar de libertar as pessoas escravizadas dos grilhões dos seus senhores, não proporcionou/efetivou direitos a uma vida digna, ao trabalho e ao uso do território. Muito pelo contrário, os escravizados foram marginalizados pela sociedade. Seus remanescentes até hoje lutam por dignidade, territorialidade, respeito à diversidade humana e igualdade. Ou seja, hoje, a cor da pele/raça tem constituído um fator determinante na vida e no futuro dos indivíduos, principalmente quando se refere a questões sociais como racismo estrutural, necropolítica, desemprego, violência e analfabetismo. Logo:

A escravidão foi muito mais do que um sistema econômico. Ela moldou condutas, definiu desigualdades sociais e raciais, forjou sentimentos, valores e etiquetas de mando e obediência. A partir dela instituíram-se os lugares que os indivíduos deveriam ocupar na sociedade, quem mandava e quem devia obedecer. [...] (Albuquerque; Fraga Filho, 2006, p. 65-66).



Todas essas questões sociais atingem a população brasileira como um todo, porém recaem com maior intensidade sob a população negra, tendo como macro causa o racismo. Neste sentido, apontamos que historicamente o Brasil teve o racismo mascarado em suas relações de poder, intensificado pelos modos de produção capitalista e materializado no medo de um equilíbrio social e espacial, oriundo das classes dominantes, marcadas pelo pacto da branquitude (Bento, 2022). Isso se tornou um problema muitas vezes silencioso e até imperceptível, configurando o que chamamos e entendemos por racismo estrutural, cultural e religioso, institucionalizado.

Voltando ao contexto fundiário, o sistema das Sesmarias se manteve até 1822, somente em 1850 foi criada uma nova legislação, a Lei de Terras, responsável por tornar a terra uma mercadoria (Brasil, 1850). Tal lei foi elaborada pelos grandes latifundiários da época e tinha o intuito de dificultar o acesso à terra, uma vez que, mais tarde, os negros recém libertos que representavam grande parte da população e imigrantes não tinham condições financeiras para adquiri-la.

Portanto, houve uma reconcentração da terra e, ao longo do tempo, o latifúndio foi se solidificando, se intensificando na sociedade brasileira e hoje, possuímos uma das estruturas fundiárias mais injustas do mundo. É neste cenário que nascem os conflitos no campo e os movimentos sociais como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST, que segundo Roseli Caldart (1996, p. 19, apud Baldi e Orso, 2013, p. 277),

[...] é o mais dinâmico movimento rural da América Latina. Suas atividades envolvem mais de meio milhão de trabalhadores rurais, incluindo membros de cooperativas, ocupantes de terras e afiliados rurais num território que abrange a maior parte do Brasil. Desde o início da década de 80, o MST foi além da assistência social para a classe trabalhadora, ocupando grandes áreas rurais não cultivadas e organizando cooperativas. Transformando num movimento de larga escala para alterar relações de posse da terra e por último o sistema socioeconômico.

Salientamos que o MST, assim como os demais movimentos sociais do campo e da cidade são aglutinados no maior movimento social, a Via Campesina, a qual empreende a luta por dignidade e direitos humanos para todos os povos em condições de igualdade de acesso. Na concepção do MST, a luta é, sobretudo pela redistribuição de terras e construção de uma estrutura fundiária menos desigual e perversa, este processo, pode ser entendido como Reforma Agrária e visa garantir que as terras brasileiras estejam cumprindo sua função social, em outras palavras, que estejam sendo utilizadas para viver, trabalhar e/ou produzir, de modo sustentável.

Entre o texto e imagem, o que revela a paisagem?

No distrito de São Miguel, a ocupação de áreas improdutivas pelos membros do MST passou por diversos estágios. Inicialmente, essas pessoas dividiram e cercaram os terrenos; dias depois surgiram algumas moradias, cuja estrutura era bastante rudimentar, construídas puramente de madeira, lona e/ou “taipa”. Com o tempo, a espera por um pronunciamento por parte do Estado a respeito da concessão ou não desses territórios, levou muitos deles a desistirem e irem embora. Outros, no entanto, resistiram, se fixaram, construíram pequenas casas de alvenaria e lá ficaram. Conforme podemos visualizar a partir da figura 2.

Figura 2: Algumas das ocupações construídas por membros do MST ao longo da BR-104, no Distrito de São Miguel (Esperança-PB)



Fonte: Autoria Própria (2022).

A existência desse movimento social no Distrito gerou bastante repercussão. A população, em geral, não entendia o que ele era, o que significava e pelo que lutavam. Então, o fato de ter ocorrido essa materialização e concretização dele na paisagem local, resultou em muita aversão e preconceito. Por desconhecimento, os nativos pensavam que o MST era composto por pessoas perigosas, desocupadas, que queriam tirar vantagem do Estado e/ou da propriedade privada de terceiros. Partindo desta observação iremos desmistificar, ao longo do texto, essa imagem estereotipada, pejorativa e negativa, historicamente atribuída ao movimento sócio-político MST.

Assim sendo, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra é um dos maiores movimentos sociais do mundo e está ativo há mais de trinta anos no Brasil. Ele é constituído de várias famílias em busca de um pedaço de terra para poder trabalhar, produzir alimento saudável e viver com dignidade. Em resumo, eles lutam contra o latifúndio improdutivo, que pode ser caracterizado como grandes extensões de terra, pertencentes a uma família ou indivíduo, que não cumpre sua função social. Ou seja, não gera renda; não há um aproveitamento planejado da propriedade; utilização sustentável dos recursos naturais e uma exploração que favorece o bem-estar dos proprietários e dos trabalhadores.



Ademais, é contra o agronegócio, sistema constituído por latifúndios produtivos cujo objetivo é o lucro e a expropriação do sobre trabalho humano. Nele, não há diversidade de produção, ele é monocultor e está baseado na concentração de terras, bem como na utilização de tecnologias de ponta. Tecnologias estas surgidas entre 1960-1970, período da “Revolução Verde”. Elas multiplicam a produção de alimentos, por meio do uso de fertilizantes, agrotóxicos e corretivos, porém também geraram desemprego no campo, uma vez que houve a substituição do trabalho humano por máquinas. Além da exploração, expropriação e violência no campo, conforme discute Moreira & Targino (1997).

Outra questão pela qual eles lutam é contra a criminalização midiática e repressão do Estado, fatores que muitas vezes dificultam a reforma agrária, processo de redistribuição de terras, que também aglutina outras lutas por políticas públicas infraestruturais para a permanência na terra com dignidade, feito com o intuito de criar uma estrutura fundiária mais justa, gerar renda e desenvolvimento para o país. Ela faz isso ao disseminar uma ideia equivocada sobre o movimento, os retratando como uma espécie de organização criminosa, que invade terras e ameaça pessoas, criando e reforçando estereótipos que invalida todo o contexto histórico, social, cultural e territorial que está por detrás da luta desse povo, dos camponeses.

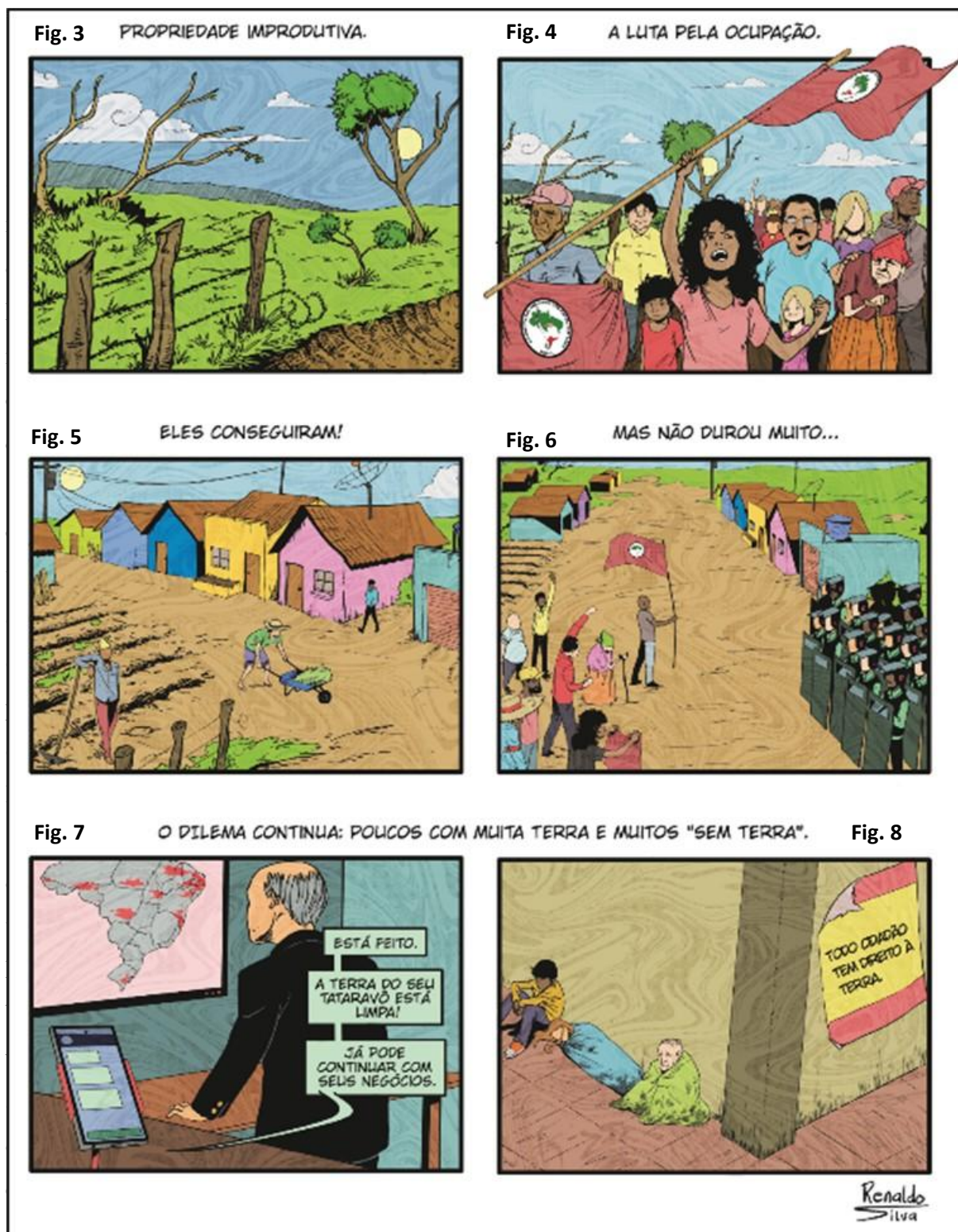
Contribuindo, desse modo, para com a manutenção do latifúndio e mascarando os verdadeiros problemas do campo brasileiro, problemas estes provenientes do agronegócio, tais como: o desmatamento, as queimadas, a grilagem de terras, as condições de trabalho análogo a escravidão, a mecanização do campo, o racismo ambiental, a violência no campo, a negação de inúmeros direitos humanos dos povos do campo, contaminação do solo, do alimento e dos seres humanos pelo uso intensivo de agrotóxicos.

Voltando um pouco para o contexto do Distrito São Miguel, pelo fato de aquelas construções, que compõem o acampamento, ou seja, o território provisório, estarem localizadas muito próximas à Rodovia, ou melhor, à pista de rolamento, o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT, determinou, juntamente com outras instâncias do Estado, que essas pessoas saíssem de suas casas, pois haveria uma demolição. O que demonstra o processo de criminalização e judicialização da luta pela terra no Brasil (Fernandes e Ramalho, 2021). Dessa maneira, houve um processo de despejo desses indivíduos, eles foram abandonados à própria sorte e não conseguiram a posse daqueles territórios nos quais por meses ocuparam e se dedicaram a torná-los produtivos.

Através das leituras constatamos que, em outras regiões do Brasil, onde o agronegócio opera com maior intensidade e está se expandindo, normalmente esse “despejo” faz parte de uma estratégia política para liberar determinadas áreas e elas serem incorporadas ao agronegócio. Neste sentido, criamos uma tirinha com o objetivo de que ela auxilie os

professores de Geografia e áreas transversais a melhor ilustrar e problematizar cada uma das etapas desse processo juntamente com os seus alunos, figura 3 a 8.

Figuras 3 a 8: “Remando contra a maré” - Roteiro de Tirinha



Fonte: Roteiro (Carlos Eduardo), Desenho (Renaldo Silva): 2022

Situando minha geo-grafia da vida a partir dos quadrinhos...

O primeiro autor deste texto, Carlos Eduardo, tem vinte anos, nascido e crescido em São Miguel, um distrito com pouco mais de mil habitantes e que pertence ao município de Esperança-PB. Venho de uma família do campo, meus pais, meus avós, bisavós e outros que vieram muito antes deles e desse autor eram homens e mulheres que trabalhavam com a agricultura. A grande maioria deles, inclusive, nunca pisou os pés em uma escola e, juntamente à minha irmã, somos os primeiros da nossa família a ingressar no ensino superior.

Quando pensamos no contexto do meu núcleo familiar, sua mãe estudou apenas até os Anos Iniciais do Ensino Fundamental e meu pai, somente depois de adulto foi alfabetizado e aprendeu a escrever seu nome. Ele, é um homem negro, de cinquenta e quatro anos e se chama Manuel Nunes da Silva, pelo contexto de pobreza no qual esteve inserido, desde muito cedo teve que trabalhar para poder garantir a sua sobrevivência e de sua família, sendo privado da escolaridade.

Todavia, isso não foi um limitador do seu desenvolvimento, pois ele possui aptidões em diversas áreas. Na comunicação, que é essencial para quando vamos para a feira-livre comercializar as hortaliças que plantamos. A capacidade de perceber a geomorfologia do espaço no qual está inserido e fazer uso dela para atender suas necessidades. Cito isto, porque possuímos uma horta, ela se encontra dentro de um “mini vale” e ele planejou um “barreiro” na área mais alta do terreno inclinado, possibilitando assim, a irrigação por gravidade. Além disso, os conhecimentos relacionados à agricultura propriamente dita, como por exemplo, melhor época para plantar, melhores solos, sementes e etc. Em resumo, ele possui conhecimentos obtidos pela sua experiência de vida que o primeiro autor, enquanto estudante universitário não tem e, por isso, acredita que buscar integrar esses saberes com os conhecimentos científicos é uma ação que pode enriquecer o percurso formativo de qualquer ser humano.

Neste contexto, um dia, enquanto assistia a TV com a sua família, na sala de estar de sua casa, foi transmitido um anúncio sobre o agronegócio, super romantizado, retratando-o como um tipo de agricultura “desenvolvida”, mecanizada, exitosa e cheia de tecnologias. Neste momento, seu pai se pôs admirado, e achou que era esse tipo de agricultura que alimenta os Brasileiros. No entanto, hoje estudos mostram que não, que na verdade é a agricultura praticada por nossa e por outras famílias, a agricultura familiar, que garante cerca de oitenta dos alimentos que vão para a mesa dos Brasileiros. Essa situação me inspirou a roteirizar a segunda tirinha, (figuras de 9 a 11), que objetiva demonstrar justamente isso.

Figuras 9 a 11: Demonstração da Agricultura familiar x Agronegócio



Fig. 9

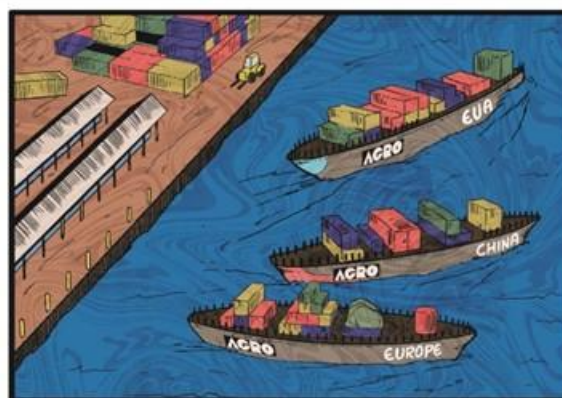


Fig. 10



Fig. 11

Renaldo
Silva

Fonte: Roteiro (Carlos Eduardo), Desenho (Renaldo Silva): 2023.

No primeiro quadrinho é ilustrada a figura de Pai e filho sentados no sofá da sala de estar vendo um comercial do agronegócio na televisão, onde existem várias máquinas trabalhando, drones, tecnologia, dentre outras e o pai comenta com o filho que “É daí que vem a comida que compramos filho!”. No quadro seguinte, há um porto no qual estão três barcos com a marca do agronegócio partindo para outros países e por último, uma família colhendo verduras e com pressa para levá-las até o mercado municipal para comercializar. Com isso, queremos mostrar que, na verdade, é aquela agricultura familiar, rudimentar, que quase não recebe incentivos por parte do Estado que abastece o mercado interno brasileiro e não o agronegócio que está voltado, sobretudo, para a exportação.

Assim sendo, consideramos que a presente pesquisa gerou grande contribuição tanto pessoal, humanitária quanto intelectual para todos os envolvidos que puderam enxergar o lugar onde vivem por outra ótica, problematizando-o a partir de um olhar crítico. Cumprimos nosso objetivo e conseguimos criar dois produtos, duas tirinhas, para que os docentes em exercício que tenham acesso a ela possam utilizar em suas aulas e explicar, livres de estereótipos e preconceitos o MST e demais questões existentes no campo brasileiro.



Considerações

A partir do exercício de pesquisar sobre a estrutura fundiária Brasileira e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), pudemos refletir sobre o processo histórico, geográfico, cultural e social no qual estes estão imersos. Estamos querendo dizer com isso que por meio dessa pesquisa pudemos entender uma dinâmica espacial que estava se afluando no lugar onde vivo, o que interpreto como algo muito positivo, haja vista que esse exercício nos faz adquirir uma visão crítica a partir da Geografia do cotidiano.

Além disso, também pude aprender mais sobre o trato com a linguagem dos quadrinhos e o seu processo de construção. E ter a oportunidade de estabelecer uma parceria com Renaldo Silva Santino, aluno de outro curso da UFCG (Computação), que possui habilidade com a criação de desenhos e inclusive também mora no mesmo Distrito que eu e me mostrou que nenhum profissional trabalha sozinho.

Enquanto Geógrafos devemos ter a capacidade de identificar as contradições presentes no espaço geográfico e até expressar, de forma escrita, como imaginamos o produto dessa reflexão (que no caso, seriam as tirinhas), porém não temos a habilidade técnica com o desenho. Assim sendo, com esse exercício, o maior aprendizado foi perceber que o conhecimento não pode ser entendido como caixinhas diferentes e separadas, mas sim como um todo que se complementa. Portanto, essa pesquisa nos fez ter um olhar diferente para o nosso lugar, bem como ressignificar nosso processo formativo e a leitura de mundo acerca do espaço geográfico.

Referências

- A Luta É Pra Valer - Documentário sobre o MST.** Produção: Dan Ferreira. YouTube. 2018. 43min. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=1xHhXHXCQgU>. Acesso em: 19 de maio de 2022.
- ALBUQUERQUE, Wlamyra R. de.; FRAGA FILHO, Walter. **Uma história do negro no Brasil.** Brasília: Fundação Cultural Palmares, 2006.
- ALMEIDA, Ana Claudia Silva; SERRA, Elpídio. **CONCENTRAÇÃO DE TERRAS NO BRASIL—UM OLHAR ACADÊMICO SOBRE O PROCESSO.** 2012.
- BALDI, Fabiana; ORSO, Paulino José. **Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra—MST—Educação em Movimento.** Revista HISTEDBR On-Line, v. 13, n. 50, p. 275-285, 2013.
- BARBOSA, Alexandre; VERGUEIRO, Waldomiro (orgs.). **Como usar as histórias em quadrinhos em sala de aula.** São Paulo: Contexto, 2004.
- BENTO, Cida. **O Pacto da Branquitude.** 1ª Edição, São Paulo, Companhia das Letras, 2022.
- BUENO, Eduardo. **Brasil: uma História.** 1. ed. São Paulo: Ática, 2004.



BRASIL. **Lei nº 601, de 18 de setembro de 1850.** Dispõe sobre as terras devolutas no Império, e acerca das que são possuídas por título de sesmaria sem preenchimento das condições legais. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/10601-1850.htm. Acesso em: 16 nov. 2023.

EISNER, W. **Quadrinhos e Arte Sequencial.** São Paulo: Martins Fontes, 1995.

EVARISTO, Conceição. A escrevivência e seus subtextos. **Escrevivência: a escrita de nós: reflexões sobre a obra de Conceição Evaristo**, v. 1, p. 26-46, 2020.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil.** Petrópolis: Vozes, 1995.

FERNANDES, Bernardo Mançano; RAMALHO, Cristiane Barbosa. Luta pela terra e desenvolvimento rural no Pontal do Paranapanema. *Estudos Avançados IEA*. São Paulo, v. 15, n. 43, 09-12/2001.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido.* 1971.

GIL, Antônio Carlos. **Como classificar as pesquisas.** Como elaborar projetos de pesquisa, v. 4, n. 1, p. 44-45, 2002.

GUIMARÃES, Alberto Passos. **Quatro Séculos de Latifúndio.** 4 ed. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 1997.

MOREIRA, Emília; TARGINO, Ivan. **Capítulos de geografia agrária da Paraíba.** João Pessoa: Universitária/UFPB, 1997. 332p.

NASCIMENTO, Luana Isis do. **O estudo do meio como metodologia para a construção do conceito do espaço geográfico no ensino médio.** 2017. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Pernambuco.

ROCHA, Everardo P. Guimarães. **O que é Etnocentrismo?** 1.ed. São Paulo: Editora brasiliense, 1996.

SOUZA, Brenda Henrique. *et.al.* **Análise das relações entre parâmetros fisiográficos do município de Esperança-PB.** I congresso internacional de Meio Ambiente e Sociedade e III Congresso Internacional da Diversidade do Semiárido, 2019, Campina Grande-PB, Anais do evento, Campina Grande: editora realize, 2020.

VERGUEIRO, Waldomiro. Uso das HQs no Ensino. In: BARBOSA, Alexandre; RAMOS, Paulo; VILELA, Túlio; RAMA, Ângela; VERGUEIRO, Waldomiro. (orgs.). **Como usar as histórias em quadrinhos em sala de aula.** 4. ed. São Paulo: Contexto, 2022. p. 7-29.